

**PRES2023:**  
**Portugal tem excelentes condições para continuar a atrair  
investimento nas renováveis**

*Grande conferência da APREN, a Portugal Renewable Energy Summit (PRES2023), voltou a reunir especialistas do setor com painéis dedicados aos temas europeus e nacionais.*



**Portugal tem excelentes condições para continuar a atrair investimento para o setor das renováveis.** O desenvolvimento de novos mercados, como a eólica *offshore* e o hidrogénio verde, será uma oportunidade de crescimento para o país que se traduzirá em preços de eletricidade mais baixos para famílias e empresas, aumento do PIB e do emprego. **Importa, contudo, envolver as comunidades locais para que compreendam os benefícios que a transição energética traz aos vários setores da sociedade.**

Estas foram algumas das ideias chave sublinhadas na **Portugal Renewable Energy Summit 2023**, a grande conferência anual dedicada ao setor, organizada pela APREN - Associação de Energias Renováveis, que decorreu no grande auditório da Culturgest, em Lisboa, a 29 e 30 de novembro.

2022 foi o ano em que Portugal teve oportunidade de observar o maior impacto positivo das renováveis no Sistema Elétrico Nacional. “A potência renovável instalada em Portugal em 2022 poupou aos consumidores de eletricidade portugueses 13.400 milhões de euros, 11.000 milhões pelo efeito da ordem de mérito no mercado *spot* e 2.400 milhões de euros por sobreganho direto gerado pelos eletroprodutores com regimes remuneratórios de preço fixo”, sublinhou o **CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge** no discurso de abertura.

A conferência arrancou a 29 de novembro com um painel sobre “**O papel do ORT (Operador da rede de transporte) na Transição Energética e os Desafios da Regulação**”. O presidente do conselho de administração da ENTSO-E (*European Network of Transmission System Operators for Electricity*), Damian Cortinas, sublinhou a ideia de que as redes serão cada vez mais “europeias e locais”, o que exigirá “maior flexibilidade e maior eficiência da rede”, como enfatizou o diretor da ACER (*European Union Agency for the Cooperation of Energy Regulators*), Christian Zinglersen. A Diretora Geral de Operação na REE, Concepción Sánchez, realçou, por seu lado, a necessidade de trazer mais inteligência e inovação para o sistema acautelando a oposição social que se regista em relação a projetos específicos. Uma opinião partilhada pelo COO da REN, João Conceição Faria, que confirma que está ainda muito presente o conceito “*Not In My Backyard*” / “No meu quintal, não”.

**“O impacto do NZIA (Net-Zero Industry Act) na Transição Energética: que futuro para a indústria da Energia Renovável Europeia”** foi outro dos painéis em debate. O CEO da WindEurope, Giles Dickson, tal como a CEO da SolarPower Europe, Walburga Hemetsberger, lembraram que a tecnologia para a transição energética deve ser *“made in Europe”*, tal como estabeleceu a Comissão Europeia, que pretende promover “uma indústria europeia mais limpa e menos dependente do exterior”. A verdade é que a indústria europeia vê-se a braços com dificuldades de financiamento, realçou Hemetsberger. “Precisamos de mais fábricas. Este é um desafio de volume e não de inovação”, afirmou Giles Dickson. O diretor na GROW da Comissão Europeia, Joaquim Nunes de Almeida, realçou o esforço que está a ser desenvolvido, por parte da Comissão, no sentido de assegurar matérias-primas críticas, essenciais para a transição verde e digital, de forma a garantir maior independência da Europa face a países terceiros.

**“O Acto Delegado do Hidrogénio e a vantagem competitiva da Península Ibérica”** foi outro tema em destaque. Uma análise da Aurora Energy Research, apresentada pela diretora Ibérica e da América Latina, Ana Barillas, revelou que o hidrogénio tem condições para ser produzido a baixo custo na Europa, mas o apoio será necessário numa fase inicial. O diretor de hidrogénio da Galp, Sérgio Goulart Machado, lembrou os constrangimentos logísticos e os custos associados ao transporte de hidrogénio verde. Uma opinião partilhada pela diretora de hidrogénio da EDP Renováveis, Ana Quelhas. Na ótica do CTO da Smartenergy, Christian Pho Duc, será necessária mais inovação para catapultar esta área.

A temática da **“Flexibilidade, o caminho para a estabilização do mercado elétrico”** esteve igualmente em foco. A flexibilidade, sobretudo ao nível local, será uma ferramenta importante para o sistema elétrico do futuro, como enfatizou Rui Miguel Gonçalves, diretor de estratégia e regulação da E-Redes. Naomi Baker da Energy UK e Carlos Jordão Coelho, Diretor Executivo da Greenvolt, concordam com as potencialidades deste instrumento que será crucial para alavancar a transição energética num cenário de grandes flutuações e mais produção distribuída. Para Diogo Leal de Faria, administrador executivo da EDP Produção, o armazenamento de larga escala, nomeadamente a bombagem hidroelétrica, continua a ser atualmente uma das respostas “mais competitivas”.

As **“Renováveis ibéricas”** também estiveram no centro da análise no final do primeiro dia de conferência. A **“aceitação social”** é o para o diretor-geral da UNEF (União Espanhola Fotovoltaica), José Donoso, um ponto crítico que não deve ser descurado, paralelamente a todas as questões de licenciamento e financiamento que ainda têm que ser ultrapassadas como sublinhou o consultor principal da AFRY, Ignacio Cobo, secundado pelo diretor geral da AEE (Associação Empresarial Eólica), Juan Virgilio Márquez.

### **A oportunidade de ouro do eólico offshore**

Portugal assumiu a ambição de atingir, no espaço marítimo nacional, uma capacidade instalada de energia eólica offshore de 10 gigawatts até 2030. Com esta meta como pano de fundo foi discutido, no segundo dia da conferência, o **“Eólico Offshore em Portugal: onde estamos e o que falta fazer?”**. A diretora da Unidade de Gestão e Engenharia Industrial no INEGI, Gisela Santos, frisou que setores como a metalomecânica têm aqui uma oportunidade de ouro atendendo a que será necessário um conjunto de componentes para apetrechar as centrais previstas. O professor e investigador da Nova School of Business and Economics (SBE), João Duarte, estima que os leilões de offshore previstos possam alavancar o crescimento económico de Portugal e gerar cerca de 16 mil empregos por ano.

Para aproveitar esta oportunidade será necessário “gerir os riscos”, como sublinharam Anne Marit Hansen, da Equinor, e José Partida, da Repsol. Há ainda constrangimentos técnicos a ultrapassar, como observou Alvaro de Miguel, da RWE, e para o impulso inicial será ainda importante estabelecer preços balizados em *Contrats for Difference*, como sugeriu José Pinheiro da Ocean Winds. Apesar de tudo os “desafios são grandes, mas as oportunidades são maiores”, resumiu Javier Villalba, da CORIO.

Em detalhe foram também analisados os “**Desafios dos centros eletroprodutores da atualidade**”. A identificação e negociação com os proprietários dos terrenos constitui um grande desafio, como salientou Afonso Coelho, da Lightsource BP, e António Farracho, da Saeta Yield. Maria João Pedreira, da Acciona, falou sobre o trabalho desenvolvido no sentido de envolver e informar e envolver grupos chave das comunidades forma a garantir maior aceitação social. Ouvir a comunidade é um ponto crítico que já levou os técnicos da Aquila Clean Energy a “voltar ao estirador” para acolher sugestões, ir ao encontro de expectativas das populações e minimizar alguns impactos, partilhou Manuel Silva, da Aquila Clean Energy.

O CEO da NEWES, Jorge Vasconcelos, conduziu um painel sobre “**O Desenho do Mercado Europeu de Electricidade**”, de olhos postos numa proposta que “não é o fim, mas sim o primeiro passo” de uma reforma que terá que ser mais profunda. Para o CEO do NEMO, Rafael Elvira, importa preservar o edifício que é o mercado e não alterar os pilares de base que o suportam. “É importante permitir a partilha de energia com menos condicionalismos”, sublinhou, por seu lado, a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, que tem participado de perto nas negociações europeias.

Os “**Desafios do autoconsumo e das Comunidades de Energia**” foram igualmente abordados durante o segundo dia da conferência. A coordenadora da Coopérnico, Ana Rita Antunes, defendeu que criar uma comunidade de energia renovável terá que ser tão simples como criar uma empresa na hora. Uma opinião partilhada por José Basílio Simões, presidente e co-fundador da Cleanwatts, apologista da simplificação de processos. Francisco Ramos Pinto, Diretor Executivo da Resul, e Luís Pinho, Diretor da Helexia Portugal, concordam que é preciso trazer agilizar procedimentos, licenciamentos e trazer mais inteligência à rede até para facilitar os processos na DGEG, como sugeriu o Diretor de Serviços de Energia Elétrica, Filipe Pinto.

O debate sobre “**Os grandes desafios europeus e nacionais para as renováveis**” encerrou a conferência. Álvaro Brandão Pinto, CEO da TotalEnergies Portugal, elencou a mão de obra como um fator crítico para o desenvolvimento do setor. David Rivera, CEO da Iberdrola Portugal, elegeu, por seu lado, um ambiente regulatório estável como elemento fulcral. Já Rui Maia, COO da Ventient Energy, considerou o aumento da capacidade de interligação como peça fundamental. Já Georgios Papadimitriou, COO de Renováveis da Galp, referiu-se à aceitação social como um dos grandes desafios da transição. E exemplo disso são as manifestações contra o offshore que se vão registando, salientou Pedro Norton, CEO da Finerge. “Portugal tem condições para atrair investimento para o setor das renováveis, mas é preciso envolver as comunidades locais que forma a ganhá-las para esta transição energética”, rematou o CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge.

A grande conferência dedicada às renováveis regressa em 2024 para reunir à volta da mesma mesa os grandes *players* do setor colocando-se ao serviço do grande desígnio global da transição energética.



**Sobre a APREN:**



A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.